

Projecto-Resolução n.º 153/XV/1ª

Recomenda ao Governo que acelere o processo de digitalização da Administração Pública, numa estratégia de desenvolvimento sustentável das comunidades

Exposição de motivos

Até meados de 2021, mais de 70% das empresas portuguesas não tinham uma estratégia para os desafios do digital, o que se revela preocupante quando esta é uma das prioridades da Europa até 2030.

Neste contexto da transição digital em Portugal, torna-se fundamental implementar reformas e investimentos em diversas áreas da digitalização de empresas do estado, onde se realça o fornecimento de competências digitais nomeadamente na educação, saúde, energia, cultura e gestão florestal e hídrica.

No Orçamento do Estado de 2022 estava previsto um valor de 2.460 milhões de euros para a concretização de vários projetos relacionados com a Transição Digital. É assim fundamental que se mobilizem os agentes públicos e privados, neste sentido.

Para que Portugal avance na transição para uma sociedade mais digitalizada, devem considerar-se os investimentos no que concerne à Administração Central e Local dividida em três categorias:

- Capacitação para o desenvolvimento de iniciativas de formação em competências digitais e promoção da literacia digital, dotando os recursos humanos das competências digitais necessárias para a modernização dos respetivos departamentos de cada entidade;
- Digitalização e atualização dos modelos funcionais, tendo em vista o reforço da sua resiliência e competitividade. Englobados neste âmbito está, por exemplo, o investimento no teste de novos e serviços, a integração de novos processos tecnológicos e competências organizacionais;

- Reduzir o uso de informação impressa, promovendo sistemas como a fatura eletrónica, tendo em vista um ambiente com menores custos, maior fiabilidade e mais cibersegurança.

Visando a adequada aplicação dos referidos investimentos, isto é, visando identificar antecipadamente os problemas e conceber soluções adequadas foram criados dois centros de competências da Agência para a Modernização Administrativa (AMA): o LabX e o LabAP¹. Estes são dedicados ao desenvolvimento de serviços públicos digitais e à melhoria do atendimento ao público, alicerçados em protocolos de colaboração com universidades e politécnicos, de acordo com uma metodologia estruturalmente científica, ou seja: investigar, conceber, experimentar e recaindo sobre os mesmos a responsabilidade de facultarem à sociedade uma aprendizagem acelerada que deve resultar em novas formas de pensar e de conceber os serviços públicos. Paralelamente têm o objetivo de motivar os funcionários públicos e os organismos do Estado e das autarquias para a importância de utilizarem as ferramentas digitais colocadas à sua disposição, com o objetivo de cumprir a missão de prestarem serviços públicos mais simples, mais eficientes e mais próximos dos cidadãos.

Na sequência do referido e considerando que o sucesso da transição digital passa pela constante articulação com a modernização administrativa, centrada no cidadão e nas empresas, deve-se pugnar pela consequente implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável de comunidades visando a produção de ferramentas para se atingir os objetivos das Nações Unidas para a Sustentabilidade e Resiliência das Comunidades, cujo “objetivo principal é a redução do risco de catástrofes e a construção de comunidades mais resilientes, onde se privilegia a partilha de conhecimentos, boas práticas e experiências, debate de ideias em torno do tema da proteção civil e dos riscos naturais, tecnológicos e mistos existentes”².

¹ https://www.ama.gov.pt/web/agencia-para-a-modernizacao-administrativa/noticias2016/-/asset_publisher/JmTXtFCdm5fe/content/id/258053

² <https://www.forumdascidades.pt/content/rede-das-cidades-resilientes>

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, recomendam ao governo que:

1 – Proceda à divulgação anual dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pela LabX e pelo LabAP.

2 – Proceda à implementação de uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades, considerando a aplicação da Família das Normas ISO 37100³, tendo por base:

a) Análise Crítica da relevância dos 100 indicadores da ISO 37120 (primeira norma internacional sobre o desenvolvimento de cidades sustentáveis)⁴ que permitem a certificação pelo WCCD (World Council on City Data) ou outra entidade equivalente;

b) Definição de indicadores adicionais no âmbito da sua integração na campanha internacional “Construir Cidades e Vilas Resilientes” do Gabinete das Nações.

3 - Garanta os meios financeiros necessários para a concretização do explicitado no ponto anterior, através de fundos do PRR, sem prejuízo do financiamento através do Orçamento do Estado.

Palácio de São Bento, 12 Abril 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa

³ <https://apq.pt/formacoes/iso-37100-comunidades-sustentaveis/>

⁴ <https://www.forumdascidades.pt/content/1a-norma-portuguesa-sobre-desenvolvimento-sustentavel-de-comunidades>